



Comissão sobre o Estatuto da Mulher.



Este ano marcou a **70.ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW70)** na ONU, com o tema «*garantir e reforçar o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas*». Durante um período de duas semanas em março, vários milhares de mulheres participaram na CSW 70. Como a Presidente da Assembleia Geral, **Annalena Baerbock**, anotou nas suas observações iniciais, um dos principais obstáculos ao progresso no acesso das mulheres à justiça é a «**lacuna de implementação**». Embora tenha sido introduzida legislação favorável em muitos países, existe uma grave desconexão entre as leis de igualdade de género e as infraestruturas. Muitas vezes, falta vontade política para as implementar.

Cerca de 750 eventos destacaram testemunhos de todo o mundo e proporcionaram espaços para o diálogo e a partilha de informação, com recomendações que abordavam o tema. As «Conclusões Acordadas», previamente negociadas, foram

adotadas no dia de abertura. Estas visavam garantir e reforçar o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas através da promoção de sistemas jurídicos inclusivos e equitativos, da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias, e de políticas destinadas a remover barreiras estruturais. → Veja um [video](#) → [Leia mais.....](#)

«Os retrocessos em matéria de direitos iguais são uma escolha ativa. É por isso que o tema da CSW deste ano — a justiça — não poderia ser mais oportuno. A luta pelos direitos das mulheres é, fundamentalmente, uma luta pela própria justiça». Estes retrocessos «não são descuidados, mas escolhas deliberadas — escolhas que violam a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e 70 anos de compromissos feitos nesta Comissão».

Annalena Baerbock,

Factos rápidos - Acesso à justiça:

- A nível mundial, as mulheres detêm apenas **64% dos direitos legais dos homens** (Banco Mundial, 2024).
- **189 países ratificaram a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres)**, demonstrando o seu compromisso com o respeito pelos direitos humanos das mulheres e das meninas
- **Leis de herança discriminatórias afetam aproximadamente 250 milhões de mulheres**
- **O casamento infantil** – que afeta desproporcionalmente as meninas – **é legal em 72% dos países em todas ou em algumas circunstâncias;** (UNESCO, 2025)
- Uma investigação da ONU-Mulheres revela que, **em 2023, 84% dos países tinham aprovado leis para eliminar e combater a violência doméstica. No entanto, 59% dos países analisados apresentam «proteção baixa, muito baixa ou inexistente».**
- **Nos últimos 55 anos, mais de 600 milhões de mulheres** obtiveram acesso a oportunidades económicas graças à reforma do direito da família (Banco Mundial).

Acesso das mulheres à justiça e reforma do direito da família



A **reforma do direito da família** melhora a capacidade das mulheres de aceder à justiça. Não só sociedades mais igualitárias e a reforma de leis discriminatórias melhoram a igualdade de género, beneficiando assim as mulheres, como impulsionam o progresso humano como um todo. Ainda existem muitas lacunas e as estimativas sugerem que serão necessárias mais 11 gerações para colmatar a disparidade entre homens e mulheres a nível global. Numa sessão informativa sobre **Direito da Família, os oradores da Suécia, Quênia, Bangladesh e Paquistão** partilharam perspetivas relacionadas com a experiência dos seus países. Mesmo quando as leis antidiscriminatórias são reformadas, as palavras têm de ser traduzidas em ações. As interpretações diferem frequentemente e existe uma lacuna na implementação. Com base na sua experiência na **CEDAW**, uma oradora destacou quatro níveis diferentes de leis discriminatórias, que vão desde leis discriminatórias veladas, muitas vezes consagradas em crenças culturais, até formas explícitas de discriminação.

As duas áreas que registaram os maiores progressos na reforma legal em África estão relacionadas com a violência doméstica e a harmonização da idade legal para o casamento entre rapazes e meninas. No entanto, ainda existem muitas desigualdades nas leis

de herança, onde a falta de direitos das viúvas, as restrições à propriedade da terra e as estruturas de poder informais continuam a combinar-se com valores culturais profundamente enraizados para consolidar práticas consuetudinárias prejudiciais.

Atravessar Fronteiras, Reivindicar Direitos

A **Fundação Internacional do Bom Pastor – América Latina, a Justiça e Paz Internacional do Bom Pastor e a Misesan Cara** organizaram um evento paralelo à CSW70, intitulado «Atravessar Fronteiras, Reivindicar Direitos – Abordagens Sensíveis ao Género». A migração é moldada por conflitos, fatores económicos, alterações climáticas e desigualdade. Quaisquer soluções propostas devem centrar-se na dignidade, ser sensíveis ao género e garantir a segurança.



Os oradores do **Líbano, da Irlanda, dos EUA e das Honduras** partilharam as suas experiências de trabalho com migrantes. O deslocamento tem um impacto tanto físico como mental nas pessoas. E, se não conseguirem obter residência, podem ser consideradas apátridas. Os migrantes e refugiados enfrentam discriminação, desumanização, criminalização e são mais suscetíveis de sofrer violência e exploração, especialmente as mulheres e as meninas.

As possíveis intervenções começam por proteger e apoiar as populações vulneráveis nos seus países de origem e por abordar as questões que podem estar a impulsionar a migração. É necessário proporcionar aos migrantes e refugiados vias de trânsito mais seguras, serviços de apoio acessíveis, incluindo apoio à saúde, psicológico, social e emocional, e representação jurídica, especialmente para menores não acompanhados. A migração põe à prova o nosso compromisso coletivo com a dignidade humana. Atravessar fronteiras nunca deve resultar na perda dos direitos humanos básicos de uma pessoa.

➔ Veja um [vídeo](#)

Um Lar para Todos – É Justiça para Todos

Um evento paralelo da CSW 70 – **Um Lar para Todos – É Justiça para Todos**, patrocinado pelo [Grupo de Trabalho de ONGs para Acabar com a Situação de Rua](#), explorou as barreiras e os desafios que as mulheres e as raparigas enfrentam de forma desproporcional no que diz respeito aos direitos à habitação, à terra e à herança; bem como as intervenções para superar essas barreiras. Os oradores partilharam várias intervenções possíveis para resolver estas injustiças:



www.Magnific.com

- **Financiar a proteção social, como o Rendimento Básico Universal.** Muitos salários não acompanham o ritmo das rendas.

- **Direito à assistência jurídica para quem enfrenta despejo.** Os sucessos incluem uma redução de 26% nos despejos em Nova Iorque, um aumento de 75% na retenção de apartamentos em Oklahoma e 93% das pessoas evitaram o despejo em Cleveland, Ohio.
- **Mudar a narrativa. A habitação não é uma mercadoria, é um bem social.** A falta de habitação resulta de sistemas falhados. Ter uma casa proporciona uma base para enfrentar outros desafios, tais como o emprego, a educação, os cuidados infantis e os cuidados de saúde.
- **Respeitar a dignidade das pessoas sem habitação.** A habitação é um direito, não um privilégio.
- **Alterar leis e costumes** para que sejam centrados nas pessoas e equitativos.

Acabar com o Tráfico de Seres Humanos

Acabar com o Tráfico em Conjunto: **Boas Práticas para Meninas e Mulheres**, apresentado conjuntamente pela Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor e pelo Instituto da Santíssima Virgem Maria – Generalato de Loreto, com o apoio da Misesan Cara, destacou respostas ao tráfico lideradas por sobreviventes e impulsionadas pela comunidade. As comunidades precisam de reconhecer os sinais de tráfico, seja sexual, laboral ou de barriga de aluguer forçada, e concentrar-se na prevenção. Pode conhecer uma pessoa vítima de tráfico e não se aperceber disso – elas podem estar escondidas à vista de todos. As comunidades informadas têm capacidade de agir para proteger, prevenir e processar judicialmente a nível local. Todas as soluções têm de ser centradas nas sobreviventes, com estas a informar os esforços e programas locais. O acompanhamento social é

fundamental, assim como a prestação de apoio, resgate e repatriação, orientação jurídica e reintegração económica na sociedade. Para além de ser uma questão de saúde e direitos humanos, o tráfico é também um crime. Os mecanismos de funcionamento do tráfico exigem soluções sistémicas. As comunidades precisam de trabalhar com as autoridades policiais, ONG, escolas, governos locais e nacionais e sistemas de saúde. Os canais de recrutamento devem ser interrompidos, as proteções reforçadas e as redes de encaminhamento criadas. Além disso, as lacunas na regulamentação financeira devem ser colmatadas e a supervisão financeira reforçada.



Copilot AI

➔ [Leia mais...](#)

Casamento Infantil



Credit : NAWI Film

“**Meninas não Noivas**” uniu-se a duas agências da ONU (**UNICEF, UNFPA**) e a **vários Estados-Membros** para organizar um programa impactante de duas horas que destacou a questão do casamento infantil – um fenómeno global que afeta mais 12 milhões de meninas com menos de 18 anos todos os anos. A educação continua a ser uma das ferramentas mais poderosas para prevenir o casamento infantil e manter as meninas na escola. A remoção das barreiras ao acesso das meninas à educação, acompanhada por programas comunitários que desafiam normas culturais nocivas, que alimentam o casamento forçado, precoce e infantil, é identificada como fundamental para os esforços para acabar com a violação dos direitos da criança. A narrativa, tanto oral como visual, e os testemunhos pessoais continuam a desempenhar um papel central na sensibilização para o fenómeno, ao dar um rosto humano a uma questão que tem sido frequentemente reduzida a números.

➔ [Veja Trailer of film. «Nawi».](#) ➔ [Leia mais](#)

Distribuição

Conselho de Liderança do Instituto; Líderes de Área; Animadoras JPIC; Rede Internacional de Escolas RSCM; Grupo de Interessadas no Boletim

Tradução - Maria Luisa Pinho RSCM

Um agradecimento especial a Cathy Wilkins (JPIC – AAL), que participou em várias sessões e contribuiu com três artigos para esta edição.